

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



CONFLITOS ARMADOS INTERNOS

Em especial a intervenção Humanitária

Nuno Miguel Lisboa Duarte

**MESTRADO EM DIREITO
INTERNACIONAL E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO



CONFLITOS ARMADOS INTERNOS

Em especial a intervenção Humanitária

Nuno Miguel Lisboa Duarte

Orientador: Professor Doutor Eduardo Correia Baptista

**MESTRADO EM DIREITO
INTERNACIONAL E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

2013

ÍNDICE GERAL

Abreviaturas.....	6
-------------------	---

INTRODUÇÃO

§ 1. Apresentação do tema	7
§ 2. Objecto do trabalho.....	8

PARTE I – INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA

§3. Definição.....	9
§ 4. Fundamentos legais.....	12
§ 5. A intervenção no Kosovo.....	15
§ 6. Conclusões.....	19

Parte II – O princípio da Soberania

§ 7. Caracterização.....	21
7.1. Princípios Fundamentais da Soberania.....	22
7.2. Os limites à soberania.....	23
7.2.1. Proibição do uso da força.....	24
7.2.2. Proibição de ingerência nos assuntos internos.....	26
7.3. Conclusões.....	29

Parte III – Conflitos Armados

§ 8. Introdução.....	31
8.1. Conflitos Armados Internacionais.....	31
8.2. Conflitos Armados Internos.....	33
8.2.1. Movimentos de Libertação Nacional.....	35
8.2.2. Rebeldes Beligerantes.....	36

Parte IV – Intervenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas

§ 9. Caracterização do Conselho de Segurança.....	38
9.1. O regime do Conselho de Segurança.....	39
9.1.1. A questão do duplo veto.....	43
9.2. Formas de intervenção.....	46
9.2.1. Capítulo VI.....	46
9.2.2. Capítulo VII.....	47
9.3. As forças das Nações Unidas.....	48
9.4. Conclusões.....	51

Parte V – Primado dos Direitos Humanos

§ 10. Introdução.....	53
10.1. A protecção dos direitos humanos pelas Nações Unidas.....	55
10.2. A Declaração Universal dos Direitos do Homem.....	57

Considerações finais	59
Bibliografia citada	61

ABREVIATURAS

al. – alínea.

art.(s) – artigo(s).

cit. – citado.

CNU – Carta das Nações Unidas

ICJ- International Court of Justice

ed. – edição.

n.º(s) – número(s).

pág.(s) – página (s).

par. – parágrafo

RPSC – Repertoire of the Practice of the Security Council

ss. – seguintes.

Vol.(s) – volume(s).

Vs. – versus.

INTRODUÇÃO

1. Apresentação do tema

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, fundamentalmente devido a todas as atrocidades cometidas pelo nazismo que resultou na morte de muitos milhões, começou a existir na Comunidade internacional um sentimento e uma necessidade de tentar proteger as pessoas dos Estados, tendo sido aprovado em 1948 a Convenção sobre o Genocídio.

Actualmente vivemos numa sociedade que se encontra cada vez mais preocupada com a defesa e a protecção dos direitos humanos. Isto deve-se, em parte, aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, mas principalmente deve-se à globalização, à evolução dos meios de comunicação, que faz com que qualquer um saiba o que se passa num outro lugar.

Principalmente desde os anos 90 do século XX até aos dias de hoje tem existido uma série de conflitos internacionais e conflitos internos em que houve uma violação clara dos direitos humanos. Estamos a falar de casos como o Kosovo, o Norte do Uganda, Iraque, e mais recentemente Líbia e Síria. Estas situações levaram, quase todas, que as Nações Unidas, através de Resoluções do Conselho de Segurança, interviesses nestes conflitos de forma a tentar proteger os cidadãos destes Estados de violações dos direitos humanos e de forma a tentar com que estes conflitos cessassem.

A justificação para qualquer intervenção de um Estado nos assuntos de outro sempre foi a defesa do seu território, mas actualmente é a protecção dos direitos humanos que é recorrente.

2. Objecto do trabalho

Como se entende da sumária apresentação do tema, devido à importância dos direitos humanos no mundo actual levou a que, por diversas vezes, as Nações Unidas ou a OTAN tenham intervindo em conflitos, tivessem eles natureza internacional ou natureza interna.

Neste estudo vamos debrucar-nos sobre estas intervenções, sobre a sua legitimidade, sobre o seu fundamento jurídico e sobre a prática. Há questões que se levantam, nomeadamente no que diz respeito à proibição do uso da força ou naquilo que concerne à soberania dos Estados. Para perceber se tal legitimidade existe vai se estudar as causas de exclusão da ilicitude e as excepções da proibição do uso da força.

Vamos também tentar perceber se, nos dias de hoje, podemos falar de um primado dos direitos humanos e se a sua defesa e protecção justifica a violação de princípios fundamentais do Direito Internacional.

Esta análise vai ser feita num prisma puramente jurídico, deixando de lado juízos políticos, culturais e económicos.

Parte I

Intervenção Humanitária

3. DEFINIÇÃO

Em primeiro lugar temos de definir no que consiste a Intervenção Humanitária.

Segundo Eduardo Correia Baptista esta consiste na “utilização da força contra um Estado quando este fosse responsável por violações massivas da vida e integridade física dos seus cidadãos, com vista a fazer cessar estes actos.”¹

Outra definição é a que nos é dada pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha que nos diz que o Direito Internacional Humanitário é um conjunto de regras e normas, cuja finalidade é, em tempo de conflito armado, proteger as pessoas e limitar os meios utilizados para fazer guerra.²

Podemos então considerar que a intervenção humanitária acontece quando um Estado se envolve, através da força, com outro Estado, sem o consentimento deste, de forma a proteger os direitos humanos, que estarão a ser violados. Esta intervenção armada tem um de dois objectivos: prevenir a violação dos direitos humanos ou parar a violação desses mesmos direitos.

Um das grandes questões que se coloca com a definição de intervenção humanitária é saber que direitos estão abrangidos por esta. A dificuldade assenta no facto de o conceito de intervenção humanitária poder abranger uma série de direitos. Mesmo que se considere que abrange somente os direitos humanos, é sempre preciso não esquecer que estes englobam também direitos políticos, sociais e económicos.³

¹ Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico em Direito Internacional: o uso da força pelas Nações Unidas em especial*, Colecção teses, Almedina, pág. 225

² Comité Internacional de la Cruz Roja, *Derecho Internacional Humanitario – respuestas a sus preguntas*, Ginebra: Comité Internacional de la Cruz Roja, pág.4

³ Sean D. Murphy, *Humanitarian Intervention: The United Nations in an Evolving World Order*, University of Pensilvania Press, 1996, pág. 8

O direito internacional, quando se debruça sobre os direitos humanos, tenta sempre proteger os cidadãos do Estado de possíveis violações destes direitos.

A prática vem dar a entender que nos casos de intervenção humanitária aquilo que está em causa são os direitos humanos mais fundamentais e a defesa das populações contra estas, ou seja, defender as populações do genocídio, tortura, escravidão e outras que ponham em causa os seus direitos.

Assim se entende a razão de Correia Baptista falar em violações massivas da vida e integridade física dos cidadãos.

É importante não confundir a figura da intervenção humanitária com outras acções que também têm como objectivo a defesa dos direitos humanos no plano internacional.⁴

A primeira figura que convém distanciar da intervenção humanitária é a protecção de refugiados. Esta consiste essencialmente em abrigar as vítimas de conflitos armados ou de violência. Aqui existe uma proximidade entre o Estado que acolhe e aquele de qual as vítimas fogem, pelo menos no que diz respeito à liberdade de deslocação das pessoas. Para regular estas situações e para tentar que estas situações sejam resolvidas da melhor forma possível, foi criado pela ONU o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, que é actualmente António Guterres.

Outra figura distinta da intervenção humanitária é a protecção diplomática. A diplomacia consiste no instrumento pelo qual os Estados levam a cabo a política externa tendo como funções mais importantes a representação, a negociação e a protecção dos interesses do Estado. Assim sendo, a protecção diplomática, insere-se no âmbito dos interesses do Estado e consiste essencialmente em cada Estado proteger e defender as pessoas e os bens dos seus cidadãos que se encontrem em território estrangeiro através dos seus representantes diplomáticos.⁵

⁴ Margarida Salema D'Oliveira Martins, *Direito Diplomático e Consular*, Coleção Manuais, Universidade Lusíada Editora, 2011, págs. 26-27.

⁵ Jorge Miranda, *Curso de Direito Internacional Público*, Princípiã, 2005, pág 211.

Outra figura que importa distinguir da intervenção humanitária é a figura da assistência humanitária ou, se quisermos, da protecção humanitária. Consiste, essencialmente, na ajuda por parte de um Estado, organização internacional ou organização não governamental, a um Estado onde tenha ocorrido algo que tenha originado uma situação de crise, como por exemplo, as catástrofes naturais, e utilizando a definição que nos é dada pelo Professor Jorge Miranda esta é caracterizada “ pelo ultrapassar dos elementos políticos de separação e pela consideração das pessoas afectadas só como pessoas, independentemente de outros factores. O seu móbil vem a ser a solidariedade humana.”⁶

Tendo objectivos próximos da assistência humanitária, a intervenção humanitária distingue-se desta por ser feita através de entidades governamentais (enquanto que a assistência humanitária é feita por entidades não governamentais, tais como a Cruz Vermelha) e por interferir no conflito armado interno, ao contrário do que sucede com a assistência humanitária, pois nesta as entidades que prestam a assistência são sempre entidades desarmadas e actuam de forma não violenta.

Importa relevar que também no que diz respeito aos objectivos destas duas figuras também eles são distintos. A intervenção humanitária, como se pode retirar da sua definição, interfere no conflito para impedir ou parar violações dos direitos humanos. Já a assistência humanitária tem como objectivo prestar auxílio a todos aqueles que são afectados por uma catástrofe, como por exemplo através da distribuição de alimentos e medicamentos.

A assistência humanitária tem a sua base legal na Convenção IV de Genebra de 1949 e no Protocolo I de 1977 adicional às Convenções de Genebra. Se conjugarmos o artigo 23º da Convenção IV de Genebra, quando este diz que “cada Parte contratante concederá a livre passagem de todas as remessas de medicamentos, material sanitário e dos objectos necessários ao culto, destinados unicamente à população civil de um outra Parte contratante, mesmo

⁶ Jorge Miranda, *op.cit*, pág 277.

inimiga” com a secção II do Protocolo I temos a base jurídica para a assistência humanitária.

4. Fundamentos legais

Ao lermos a Carta das Nações Unidas não encontramos nenhuma disposição sobre a intervenção humanitária. A razão para tal deriva da existência do artigo 2.º n.º 4 da Carta das Nações Unidas que proíbe o uso da força, e, também, devido ao facto de a figura da intervenção humanitária ter um suporte por parte dos Estados no que concerne à prática destes em situações de violações dos direitos humanos.

Ainda numa época anterior à Carta das Nações Unidas, mais concretamente em 27 de Agosto de 1928, foi acordado o Pacto de Briand-Kellog. Neste ficou acordado que o uso à força por parte dos Estados de forma a conseguirem alcançar os seus objectivos seria algo de proibido. Neste Pacto não foi recusado a figura da intervenção humanitária, mas a proibição do uso da força passou a ser o elemento fulcral para a manutenção da paz e segurança internacionais, de tal forma que no momento da elaboração da Carta das Nações Unidas foi considerado um dos princípios fundamentais da comunidade internacional.⁷

Isto significa que a intervenção humanitária é uma figura que não se encontra prevista, em disposições legais, como possível para a actuação dos Estados, ou seja, seria uma actuação ilícita.

Contudo, a prática dos Estados fez com que a intervenção humanitária fosse considerada como uma justificação para o uso da força, uma vez que o seu objectivo era fazer com que violações dos direitos humanos parassem.

Mas uma vez que a única excepção à proibição do uso da força prevista no artigo 2.º n.º 4 consiste na legítima defesa, a intervenção humanitária permanece como uma figura ilícita.

⁷ Sean D. Murphy, *op. cit.*, págs 59-60.

Assim sendo, só se existirem causas que excluam a ilicitude da intervenção humanitária é que os Estados poderão recorrer a esta.

Como sabemos, as causas de exclusão da ilicitude consistem em algo que permita a um Estado ou outro sujeito a prática de um acto, que em princípio seria ilícito, mas devido a certo tipo de justificações e factores a actuação desse sujeito torna-se lícita.⁸

Quando se fala em causas de exclusão da ilicitude são, essencialmente, cinco aquelas que podemos mencionar em Direito Internacional: estado de necessidade, represália, tutela defensiva, legítima defesa⁹ e perigo extremo.

Destas cinco vamo-nos concentrar essencialmente no estado de necessidade, no perigo extremo e na tutela defensiva.

O estado de necessidade tem como função proteger o interesse dos Estados e das organizações internacionais numa situação em que não foram responsáveis. Nos casos de estado de necessidade estamos perante uma situação em que o estado que vai sofrer as consequências não é directamente responsável pela situação. Nas situações de estado de necessidade estão sempre em defesa interesses essenciais de quem é prejudicado.

Os requisitos que se têm de verificar quando se actua em estado de necessidade são o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade.

Quanto ao primeiro princípio significa que as medidas tomadas devem ser as adequadas para atingir o fim desejado mas essas medidas terão de ser as menos gravosas.

Quanto ao segundo princípio significa que as medidas tomadas não poderão nunca pôr em causa os interesses essenciais do outro sujeito e de que não é permitido infligir ao outro sujeito consequências de grau superior daquelas que estão a tentar proteger.

⁸ Eduardo Correia Baptista, *Direito Internacional Público, Volume II, Sujeitos e Responsabilidade*, Almedina, págs 486-487.

⁹ ver *infra* quanto ao conceito de legítima defesa e sua aplicação, ponto 7.2.1.

Exemplos de situações que levem a situações de estado de necessidade são: danos ecológicos, perda da integridade territorial ou risco da vida dos seus cidadãos.

A outra causa de exclusão relevante para o estudo da intervenção humanitária é o perigo extremo. Digo isto porque, apesar de ser muito semelhante ao estado de necessidade, distingue-se desta por ter como objectivo proteger os interesses dos cidadãos, mais concretamente a vida e bens essenciais dos cidadãos.¹⁰

Assim como no estado de necessidade, no perigo extremo nem sempre se reage a situações ilícitas, como nos casos de catástrofes naturais. Mas para o propósito do nosso estudo interessa-nos, essencialmente, a reacção de um Estado a actos ilícitos de outro Estado e que ponham em causa os direitos dos cidadãos.

Os requisitos desta figura são os mesmos que no estado de necessidade, ou seja, os princípios da necessidade e da proporcionalidade terão de estar sempre cumpridos.

Nas situações de perigo extremo estamos perante situações de emergência, situações limite que exigem uma rápida reacção de forma a evitar danos. Isto leva a que seja aceite que em certas situações seja usada a força em território de um outro Estado, desde que cumpra os requisitos exigidos pelos princípios da proporcionalidade e necessidade.

Já a tutela defensiva é completamente distinta destas duas causas de exclusão de ilicitude. Esta permite o uso da força contra violações graves da Soberania dos Estados. Esta difere do estado de necessidade e do perigo extremo naquilo a que concerne à origem da situação ilícita.

¹⁰ O artigo 24 do Projecto sobre Responsabilidade dos Estados de 2001 da Comissão de Direito Internacional dá-nos uma definição de perigo extremo: " 1. The wrongfulness of an act of a State not in conformity with an international obligation of that State is precluded if the author of the act in question has no reasonable way, in a situation of distress, of saving the author's life or the lives of other persons entrusted to the author's care".

Enquanto que nas duas figuras anteriores as situações não eram da responsabilidade do Estado afectado pela utilização destas, na tutela defensiva já não se passa o mesmo. Na tutela defensiva a violação do direito Internacional aconteceu devido à actuação de um determinado Estado e como consequência outro Estado foi obrigado a reagir.

A prática tem vindo a aceitar a utilização da figura da tutela defensiva para a defesa dos direitos humanos.¹¹

5. A intervenção no Kosovo

De forma a fazer uma correcta explicação da intervenção militar que ocorreu no Kosovo em 1999 pela OTAN, é necessário integrar esta intervenção nos problemas existentes neste local e fazer um resumo da história entre o Kosovo e a Jugoslávia.

A população da província do Kosovo é composto maioritariamente por Albaneses, existindo uma pequena percentagem da população que é composta por sérvios.

Em 1945, o Kosovo foi declarado como região autónoma da Sérvia e um ano depois foi aprovada a constituição federal da Sérvia que previa uma autonomia governamental para o Kosovo.¹²

Quando em 1980 Tito morre, começa a aparecer no Kosovo movimentos para a independência do território, principalmente através dos albaneses residentes no Kosovo.

Estes movimentos fizeram com que a repressão sérvia aumentasse e, como consequência, o clima de tensão foi escalando, até chegarmos a 1989, ano em que a Sérvia aprovou uma alteração à Constituição e alterou o estatuto do Kosovo retirando-lhe o estatuto de província autónoma, tendo sido esta

¹¹ Sobre as causas de exclusão da ilicitude ver Eduardo Correia Baptista, *Direito Internacional Público.....*, cit., págs. 487 a 530.

¹² Heike Krieger, *The Kosovo Conflict and International Law: An Analytical Documentation* 1974 - 1999, Cambridge University Press, págs. 31-33.

aprovação conseguida de forma controversa uma vez que a Assembleia se encontrava cercada pelas tropas sérvias.

Como reflexo da repressão sérvia, em 1991 foi organizado um referendo pelos representantes albaneses em que foi discutido quem era a favor da independência. Desse referendo saiu o resultado de que 99% dos votantes albaneses eram a favor da independência.

Assim, no dia 22 de Setembro de 1991, foi declarada a independência do Kosovo por parte dos kosovares de origem albanesa. Um ano mais tarde houve eleições, organizadas clandestinamente, que foram vencidas pela Liga Democrática do Kosovo.

Mas, apesar dos esforços dos kosovares de origem albanesa, a sua independência não foi reconhecido internacionalmente, permanecendo, assim, um território sob controlo sérvio.

Este desenrolar levou a que os kosovares de origem albanesa deixassem de acreditar que iriam conseguir a independência através de meios pacíficos, levando ao aparecimento de uma série de grupos armados, destancando-se entre estes o Exército de Libertação do Kosovo.¹³

Este Exército de Libertação foi o responsável por uma série de atentados contra todos aqueles que julgassem estar a colaborar com os Sérvios, e também contra os sérvios residentes no Kosovo.

Estes atentados tiveram como consequência o aumentar da violência e da repressão por parte da Sérvia o que levou à comunidade internacional a condenar a atitude dos sérvios.

Assim, de forma a tentar diminuir a violência no Kosovo, a questão foi debatida no Conselho de Segurança e, no dia 31 de Março de 1998, foi aprovada a Resolução 1160.

¹³ Florian Bieber e Zidas Daskalovsk, *Understanding the War in Kosovo*, Routledge, 2003, págs 19-20.

Nesta Resolução o Conselho de Segurança, para além de qualificar a situação como uma ameaça a paz, tomou um conjunto de medidas. Para além de condenar o uso excessivo da força por parte da polícia sérvia, foi imposto um embargo de armas à Jugoslávia, assim como também ao material bélico.

Apesar desta Resolução, e apesar de ter havido um período mais calmo após a aprovação desta, a actividade dos grupos rebeldes não cessou.

Em Maio de 1998, houve uma tentativa para se iniciar conversas e negociações para alcançar a paz, tendo sido o Presidente Jugoslavo, Slobodan Milosevic, a tomar a iniciativa destas conversas. Mas devido a um ataque das forças sérvias a kosovares de origem albanesa, que resultou na morte de muitos, levou a que estas conversas não chegassem a ter qualquer sucesso, já que o representante da Liga Democrática do Kosovo, Ibrahim Rugova, cancelou o processo.

Entre Julho e Setembro de 1998 as forças da Sérvia lançam um ataque às forças do Exército de Libertação, que resulta em vários ataques contra civis o que faz com que o Secretário-Geral das Nações Unidas mencione a existência de cerca de duzentos e trinta mil refugiados.¹⁴

Visto que o conflito aumentava cada vez mais de violência, com uma série de actos terroristas, e que, anteriormente, já tinha sido feito um apelo por parte do Conselho de Segurança ao cessar fogo e à tentativa de diálogo entre as partes, no dia 23 de Setembro foi aprovada pelo Conselho de Segurança a Resolução 1199. Nesta Resolução foi exigido um cessar fogo, assim como foi também requerido o início de negociações pela paz com mediação internacional. Foi exigido o cessar imediato dos conflitos e, importante também, foi referido de que se as medidas impostas pela Resolução não fossem acatadas outras medidas seriam tomadas.¹⁵

¹⁴ Ver o relatório do Secretário Geral das Nações Unidas de 4 de Setembro de 1998.

¹⁵ " 16. Decides, should the concrete measures demanded in this resolution and resolution 1160 (1998) not be taken, to consider further action and additional measures to maintain or restore peace and stability in the region"

Após esta Resolução esperava-se que os combates diminuíssem mas tal não sucedeu. Prova disto é o facto de mais de duzentas mil pessoas se encontrarem deslocadas das suas residências.

Isto levou a que a OTAN, no dia 13 de Outubro, aprovasse o recurso a ataques aéreos contra as tropas sérvias no Kosovo, de forma a forçar a saída destas do Kosovo e a terminar a violência.

Esta ameaça da OTAN fez com que fosse assinado um acordo entre a Jugoslávia e a OTAN cujo objectivo era a verificação, através de meios aéreos, do cumprimento da Resolução 1199 do Conselho de Segurança.

Após estes acontecimentos, e apesar do cessar fogo se manter a nível formal, os combates mantinham-se e não havia avanços no que à situação política dizia respeito.

Uma vez que não havia evoluções no conflito, no dia 30 de Janeiro de 1999, a OTAN voltou a autorizar ataques aéreos às forças sérvias se tal fosse necessário. Esta ameaça levou a que as partes concordassem em se encontrar, o que aconteceu em Rambouillet em Fevereiro de 1999.

Desta Conferência resultou um acordo político que os kosovares queriam consultar no seu território, mas a Jugoslávia não aceitou que o acordo fosse considerado como definitivo, pois havia pontos que queria aprofundar.

No dia 15 de Março os representantes de ambas as partes voltaram a reunir-se, em Paris, tendo a delegação representante do Kosovo aceite os termos do acordo, mas a delegação sérvia recusou o acordo e, inclusive, recuou para a posição que tinha antes do encontro em Rambouillet.¹⁶

Uma vez que não foi assinado nenhum acordo, os combates continuaram e, principalmente, houve uma deslocação de tropas e de artilharia pesada para a fronteira do Kosovo, por parte das forças sérvias.

¹⁶ Heike Krieger, *op.cit.*, págs. 21-23.

Esta evolução do Conflito levou a que, no dia 23 de Março, a OTAN anunciasse que tinha autorizado ataques aéreos contra a Jugoslávia com o fundamento de esta ser uma intervenção com carácter humanitário.¹⁷

6. Conclusões

É difícil conseguir justificar a intervenção humanitária no âmbito do Direito Internacional. Tem existido um consentimento por parte da comunidade internacional que leva a não condenar a actuação dos Estados em intervenções humanitárias, mas tal não signifique que seja lícito.¹⁸

A intervenção humanitária é utilizada em situações extremas onde se considera insustentável a situação vivida e como tal é necessário actuar. Falamos de situações de massacre e de genocídio, o que leva também a que outros valores, como a moral e a ética também se encontrem envolvidos na decisão de intervir.

Devido à proibição do uso da força, presente na Carta das Nações Unidas, nenhum Estado pode intervir no território doutro sem violar este princípio e sem violar a soberania do outro Estado.

Contudo, concordamos com Eduardo Correia Baptista quando afirma que cabe às Nações Unidas, através do Conselho de Segurança, a decisão de intervir se tal for necessário.¹⁹

Neste sentido também Kofi Annan apelou ao Conselho de Segurança para se unir de forma a que não seja permitido violações massivas dos direitos humanos contra populações inteiras e que tais situações não poderão ser toleradas.²⁰

¹⁷ Ver o Press Release 040 de 23 de Março de 1999 e o Press Release 041 de 24 de Março do mesmo ano da OTAN.

¹⁸ Por exemplo, as intervenções no Iraque em 1991 e na Serra Leoa não foram alvos de protestos pelos Estados.

¹⁹ Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico.....*, cit., pág. 259.

²⁰ Kofi Annan, Secretary General Annual Report to the General Assembly, 20 Setembro de 1999, consultar em www.un.org.

Apesar disto, o Conselho de Segurança continua a ser um órgão com uma influência política enorme, o que leva a que certas situações de violação dos direitos humanos sejam ignoradas e que noutras se decidam por uma intervenção. Nestas decisões estão sempre em discussão os interesses de cada Estado naquela situação e isso pode levar a que uma intervenção ocorra ou a que se decida por não intervir.²¹

Posto isto, a intervenção humanitária não constitui uma justificação para o uso da força, consistindo numa actuação que tem uma exclusão da responsabilidade, uma vez que parece que os Estados não parecem contestar estas actuações-

Houve alguns autores que defendiam a legalidade das intervenções humanitárias nomeadamente devido à importância dos direitos do homem no mundo moderno, por considerarem que os Governos que cometem violações brutais destes direitos perdem a legitimidade e devido aos deveres morais da comunidade internacional.

Mas tal posição acabar por não conseguir ser sustentada devido à falta de suporte por parte da Carta das Nações Unidas e mesmo do costume internacional.

Mesmo assim, e após analisarmos o que sucedeu no Kosovo, em 1999, verificamos que, cada vez mais, por parte da comunidade internacional, e principalmente por parte das Nações Unidas, existe uma responsabilidade de defesa dos direitos do homem, mesmo que para tal seja necessário violar alguns princípios de Direito Internacional

Isto leva-nos a crer que, num mundo cada vez mais globalizado como aquele em que vivemos, e tendo em conta o carácter humanitário e os objectivos da intervenção humanitária, é de acreditar que com a evolução e desenvolvimento esta figura acabará por constituir uma justificação e não será somente suportada ou consentida pelos Estados.

²¹ Um caso paradigmático dos interesses dos Estados foi a decisão de não intervir no Ruanda porque nenhum dos Membros do Conselho de Segurança tinha interesses em risco naquela situação.

Parte II

O princípio da Soberania

7. Caracterização

Em primeiro lugar é fundamental definir o que entendemos como soberania. Na definição clássica de Estado encontramos sempre a presença de três elementos: o povo, o território e o poder político.²²

Utilizando as palavras de Alexandre Groppalli, este define o Estado como “ a pessoa jurídica soberana, constituída por um povo organizado sobre um território sob o comando de um poder supremo, para fins de defesa, bem-estar e progresso social.”²³

Na Carta das Nações Unidas, no artigo 2º 1º parágrafo, vem expresso que “ A Organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”.

Este artigo vem afirmar que a soberania é algo de subjacente aos Estados e de que está também consolidada no direito positivo.

Historicamente a soberania servia para os Estados se afirmarem como independentes perante outros, sendo definida como um poder supremo e ilimitado que lhes permitia utilizar todos os meios para defender a sua independência.

Muitos dos filósofos do século XVIII e XIX, como Vattel, Bodin ou Hagel, consideravam que a soberania era um poder supremo e ilimitado, sendo a base para o pensamento absolutista reinante na Europa desta altura.²⁴ Havia uma relação estreita entre a soberania e a onipotência do Estado.

²² Kildare Gonçalves de Carvalho, *Direito Constitucional, Teoria do Estado e da Constituição*, Direito Constitucional Positivo, 14ª edição, Del Rey Editora, pág.71.

²³ Alexandre Groppalli, *Doutrina do Estado*, Saraiva, 1953, pag.303.

²⁴ Alain Pellet, Nguyen Quoc Dinh, Patrick Dailler, *Direito Internacional Público*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, pág.433.

Esta forma de olhar para a soberania foi alterada principalmente com o crescimento do fenómeno da globalização e com a consequente aproximação dos Estados e de uma relação de maior dependência entre estes.

Hoje em dia a soberania de um Estado está limitada por outros Estados e também pela comunidade internacional e pelas organizações internacionais.

Existe uma grande relação entre o conceito de soberania e o de independência. Estes dois conceitos aparecem sempre ligados pois é costume afirmar-se que um Estado soberano é um Estado independente.

7.1. Princípios fundamentais da soberania

Um dos princípios fundamentais da soberania é a igualdade entre os Estados. Basicamente este princípio consiste em todos os Estados serem iguais uns perante os outros, não estando subordinados a nenhuma autoridade.

Este princípio está consagrada no artigo 2º parágrafo 1º da Carta das Nações Unidas, artigo este já anteriormente mencionado.

Todos os Estados são considerados iguais juridicamente e todos eles necessitam de povo, território e governo para serem considerados como Estados.²⁵

O que torna complicado este princípio de igualdade são os diferentes níveis de desenvolvimento, de riqueza e de poder que tem a capacidade de desvirtuar este mesmo princípio.

Nunca é de mais relembrar que na própria organização das Nações Unidas está previsto que cinco Membros permanentes do Conselho de Segurança tenha direito de veto²⁶, estando este direito previsto no artigo 27º da Carta das Nações Unidas.

²⁵ Vaughan Lowe and Colin Warbrick, *The United Nations and the principles of international law: essays in memory of Michael Akehurst*, Routledge, pág.205.

²⁶ Jorge Miranda, *op.cit*, pág 211.

Outra característica fundamental da soberania é que existe uma não subordinação por parte dos Estados a outros sujeitos de direito Internacional, principalmente as organizações internacionais. Numa acepção clássica da soberania, um Estado soberano é aquele que impõe a sua vontade a outro Estado, sendo desta forma independente.²⁷

Actualmente a soberania é lembrada aquando das acções das organizações internacionais, principalmente quando estas acções interferem nos Estados.

As tentativas que muitas organizações internacionais têm tido para tentar controlar as acções dos Estados, destancando-se neste propósito as Nações Unidas, têm sido quase sempre infrutíferas devido aos Estados estarem acima de uma subordinação a qualquer organização internacional e, como tal, são livres de actuarem.

Outro ponto fundamental que caracteriza a soberania de um Estado é a liberdade de cada Estado decidir qual o melhor regime pelo qual se quer regular, derivando tal característica directamente do princípio de autodeterminação dos povos.

7.2. Os limites da soberania

Um dos limites à soberania é o direito internacional e o respeito que este deve ser alvo por parte dos Estados. Como já foi dito, vivemos hoje em dia num mundo em que a comunidade internacional e em que os Estados estão numa posição de dependência uns para com os outros. Na carta das Nações Unidas, mais concretamente nos seus dois primeiros artigos, há uma previsão de vários princípios que regulam as acções dos Estados Membros. "Se é em virtude do direito internacional que o Estado pode exercer a plenitude das competências internacionais, não pode ser senão nos limites fixados por esse direito. A submissão ao direito internacional é inseparável da soberania."²⁸

²⁷ Alain Pellet, Nguyen Quoc Dinh, Patrick Dailler, *op.cit.*, pág.441.

²⁸ Alain Pellet, Nguyen Quoc Dinh, Patrick Dailler, *op.cit.*, pág.445.

Os limites da soberania são essencialmente dois: A proibição do uso da força e a proibição de ingerência nos assuntos internos de outro Estado.

7.2.1. Proibição do uso da força

Segundo Luis Pereira Coutinho “[...] ao Direito interno correspondem efectivas autoridades com poder legislativo, com poder declarativo do Direito aplicável ao caso concreto e com poder executivo no caso de incumprimento. Pelo contrário, no plano internacional, cada Estado ainda assumirá as funções de legislador, de juiz supremo daquilo a que se encontra obrigado – ou, pelo menos, de criador dos seus próprios tribunais e determinador do respectivo âmbito de jurisdição – e de polícia. [...] também no âmbito do sistema das Nações Unidas, perante o qual os Estados não terão deposto a sua independência, antes ‘mantendo sempre em aberto a possibilidade de recurso à força enquanto condição existencial – como uma exigência prudencial.”²⁹

O uso da força, ou a possibilidade do uso da força, foi sempre algo que foi visto como uma característica inerente a um Estado Soberano. Contudo com o passar do tempo e da evolução foi visto como necessário a regulação do uso da mesma. Segundo Christopher Swinarski :

“Na doutrina clássica do direito das gentes, os Estados Soberanos dispunham de total liberdade de fazer uso da força nas relações entre si. [...] Não obstante, já desde as origens do direito internacional, via-se a convicção de que era necessário, do ponto de vista dos próprios interesses dos Estados, submeter a relação bélica a um regime de direito, a fim de fazê-la compatível com os princípios fundamentais da convivência internacional, assim como para mantê-la razoável e para que a guerra não tivesse o aspecto de total barbárie.”³⁰

²⁹ Luís P. Pereira Coutinho, *A Realidade Internacional, Introdução à teoria das Relações Internacionais*, Coimbra Editora, págs. 21 -22.

³⁰ Christophe Swinarski, *Direito Internacional Humanitário: como sistema de proteção internacional da pessoa humana*, Editora Revista dos Tribunais, 1990, pág.19.

No artigo 2.º n.º 4 da Carta das Nações Unidas vem previsto um dos princípios mais relevante do direito internacional moderno e da própria ONU.

Neste artigo vem expresso que “os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objectivos das Nações Unidas.”

Esta regra, a nosso ver, quer proibir o uso de todo e qualquer tipo de força na relação de um Estado com outro. Esta maneira de interpretar o artigo 2º nº4 da Carta das Nações é baseada numa interpretação da mesma, pois esta só permite o uso de força por parte dos Estados em duas situações:

- Artigo 51.º da Carta em que se prevê a legítima defesa, individual ou colectiva, por parte dos Estados.
- Artigo 2.º n.º 5 da Carta, ou seja, se os Estados intervirem numa acção bélica levada a cabo pelas Nações Unidas.

Estas duas excepções à proibição do uso da força são o que nos leva a afirmar que no artigo 2.º n.º 4 da Carta quer-se proibir todo e qualquer uso da força.

A legítima defesa é, como é sabido, uma causa de exclusão de ilicitude, que permite um Estado defender-se em caso de um ataque armado. Para Eduardo Correia Baptista, este ataque armado tem de “compreender apenas operações bélicas em grande escala, como invasões do território de um Estado ou acções de gravidade paralela, e não meros incidentes que no passado (muitas vezes fabricadas) serviram de pretexto para agressões armadas.”³¹ Esta noção defendida por Eduardo Correia Baptista tem como base a decisão do Tribunal Internacional de Justiça, no caso *Military and Paramilitary Services*.³²

³¹ Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico.....*, cit., pág. 120

³² *Caso Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua vs. United States of America)*. Consultar em www.icj.org

John Francis Murphy diz-nos, também, que a utilização da expressão “no caso de ocorrer um ataque armado” limitou a interpretação possível à volta deste artigo pois vem a definir claramente o requisito da legítima defesa.³³

Também numa tentativa de ajudar na interpretação do artigo 51 da Carta das Nações Unidas e do conceito de ataque armado, a resolução n.º 3314 (XXIX) da Assembleia Geral da ONU, de 14 de Dezembro de 1974, qualificou uma série de actos como agressões, como por exemplo, a invasão, a ocupação territorial, o envio de grupos armados para o território de outro Estado, ataques a forças armadas de outros Estados.

A utilização da legítima defesa está limitada por dois requisitos: a proporcionalidade e a necessidade.

A proporcionalidade consiste em não causar danos mais gravosos dos que foram causados pelo ataque armado, enquanto que a necessidade consiste em limitar o Estado que se defende de um ataque armado a tomar medidas que sejam as estritamente necessárias para se defender de tal ataque.³⁴

Isto significa que a legítima defesa é uma figura de reacção e de defesa e nunca poderá ser um meio de atacar outro Estado. É reactiva por ser sempre necessário que ocorra um ataque armado primeiro e defensiva por ser uma resposta a esse mesmo ataque.

7.2.2. Proibição de ingerência nos assuntos internos

O artigo 2.º n.º 7 da Carta das Nações Unidas diz-nos que “nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos internos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado (...)”. Contudo ressalva que “este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas consoantes do capítulo VII.”, isto é, as medidas que poderão ser tomadas em caso de ameaça à paz, ruptura da paz ou acto de agressão.

³³ John Francis Murphy, *The United Nations and the Control of International Violence: A Legal and Political Analysis*, Manchester University Press, 1983, pág. 18

³⁴ Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico....*, cit., pág. 196-197

Este artigo parece limitar a intervenção de todos os órgãos das Nações Unidas e não apenas um.³⁵

As questões de jurisdição interna, referidas no artigo 2.º n.º 7 da Carta, são todos aqueles a que o Direito Internacional permite aos Estados actuarem como bem entenderem, ou seja, são aquelas situações que o Direito Internacional não impõe obrigações.

Eduardo Correia Baptista diz-nos que se formos rigorosos, não podemos concordar com a definição de que as matérias de jurisdição interna são aquelas que o Direito Internacional não regula, porque de uma forma ou de outra todas as matérias são reguladas pelo Direito Internacional, nem que seja ao permitir que estas podem ser tratados como os Estados entenderem. Mas uma vez que essa liberdade é dada pelo Direito Internacional existe sempre uma regulação por este.³⁶

Assim sendo, retira-se deste artigo que existe por parte de todos os sujeitos de Direito Internacional (Estados, Organizações Internacionais, Pessoas Colectivas Públicas) uma obrigação, e também um dever, de não interferir em todos os assuntos que possam integrar esta categoria de jurisdição interna, exceptuando os casos em que os Estados permitam tal interferência. Outra excepção é a prevista no final do artigo 2.º n.º 7 que são as medidas coercivas do capítulo VII da Carta.

Disto retiramos que a proibição de ingerência nos assuntos internos é essencialmente a permissão de cada Estado poder actuar da forma que achar mais correcta nos assuntos de jurisdição interna sem que outros se possam intrometer nessas decisões. Da mesma forma, este princípio vem impedir que os Estados sejam forçados a actuar de uma ou outra forma por imposição de terceiros uma vez que tal interferência será proibida pelo artigo 2.º n.º 7 da Carta.

³⁵ Jorge Miranda, *op.cit.*, pág. 214

³⁶ Eduardo Correia Baptista, *Direito Internacional Público.....*, Vol II, págs. 137-139; e Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico.....*, *cit.*, pág. 1051-1053.

Mesmo numa situação em que um Estado permite a interferência de outro Estado ou de uma organização internacional nos seus assuntos internos isto não significa que tal situação tenha de ser resolvida à luz do Direito internacional precisamente por ser um assunto de jurisdição interna.

O princípio da não ingerência nos assuntos internos está directamente relacionado com o princípio da liberdade, isto é, os Estados podem fazer tudo o que não seja proibido pelo Direito Internacional, e também se relaciona com outro princípio previamente mencionado, o princípio de autonomia do Estado, ou seja, da liberdade que cada Estado tem em escolher o regime constitucional, económico e social sem ser alvo de intromissões por parte de terceiros.

Um conceito que se relaciona perfeitamente com o princípio de não ingerência nos assuntos internos é o conceito de domínio reservado do Estado. Este conceito, que provém dos tempos da monarquia, significa essencialmente que há certos assuntos que estão fora de discussão em termos internacionais e são da jurisdição interna do Estado. Este conceito foi consagrado no Pacto das Sociedade das Nações, no artigo 15.º parágrafo 8, em que se referia à “competência exclusiva” dos Estados.³⁷

Domínio reservado e não ingerência nos assuntos internos são dois conceitos que estão interligados, pois é devido ao primeiro que vai nascer o segundo. Tem existido por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas uma tentativa de realçar a importância deste princípio e de realçar a competência dos Estados no que toca aos seus assuntos internos.³⁸

Este princípio deriva essencialmente daquilo que definimos como soberania e a independência de um Estado, assim como do princípio de igualdade entre Estados, princípios estes que estarão sempre conexos.

Nos dias de hoje existe um grande debate sobre se este princípio é aplicável nas matérias económicas e naquilo que diz respeito aos direitos do Homem,

³⁷ Alain Pellet, Nguyen Quoc Dinh, Patrick Dailler, *op.cit.*, pág.450.

³⁸ Na resolução 2131 (XX) de 21 de Dezembro de 1965, a Assembleia veio reafirmar a importância do princípio da não ingerência nos assuntos internos, nomeadamente no quinto e no sexto parágrafo da mesma.

pois existe uma grande “tentação” por parte dos países desenvolvidos em tentar se imiscuir nos assuntos de jurisdição interna dos países em vias de desenvolvimento, de forma a que estes sigam aquilo que os países desenvolvidos consideram como mais correcto. Muitas vezes estas intromissões são feitas através de pressões económicas forçando os países em vias de desenvolvimento a aceitar as condições impostas pelos países mais desenvolvidos.

7.3. Conclusões

A soberania é um dos princípios mais antigos e fundamentais dos Estados. É da soberania que deriva os poderes clássicos dos Estados, como o *ius legationis* (direito de se fazer representar diplomaticamente), o *ius traactum* (direito de celebrar tratados) e o principal destes poderes clássicos o *ius belli* (direito de fazer a guerra).

É a soberania que permite a cada Estado ser independente e é este princípio que faz com que cada Estado tenha a liberdade de escolher a sua organização e modo de funcionamento, assim como leva a que estas decisões sejam livres de interferência dos outros Estados.

Como é sabido, é permitido a cada Estado fazer tudo desde que tal actuação não seja proibida pelo Direito Internacional. Contudo, devido à evolução das relações internacionais e do Direito Internacional vários limites foram impostos à soberania de cada um, principalmente no uso da força, ou se preferirmos do *ius belli*, devido à proibição do uso da força previsto da Carta das Nações Unidas.

A nosso ver, quando falamos de intervenção humanitária e fazemos uma relação com a soberania, verificamos que estas intervenções violam os limites desta. O que quero dizer com isto é que ao utilizar a intervenção humanitária existe uma clara violação do princípio da soberania por violar por um lado a proibição do uso da força e, por outro lado, por violar o princípio de não

ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Na intervenção humanitária, apesar dos objectivos desta, não deixa de um Estado, ou uma organização internacional, tentar impôr a sua vontade através da força.

Parte III

Conflitos Armados

8. Introdução

A existência de conflitos é tão antiga quanto a existência dos Estados. A sua existência sempre foi algo que atingiu fortemente os direitos humanos, pois em caso de conflito, fosse ele interno ou internacional, aqueles que mais directamente sofrem com estes são os cidadãos dos Estados em conflito.

Assim sendo, mostra-se necessário fazer uma análise a alguns tipos de conflito.

A primeira coisa que convém distinguir é o que se entende por conflitos armados internacionais e conflitos armados não internacionais.

Como é sabido, podem acontecer conflitos no interior do território de um Estado como conflitos que devido às suas características e à sua natureza abrangem dois ou mais Estados.

8.1. Conflitos armados internacionais

Conflitos internacionais serão então aqueles em que dois ou mais Estados estão envolvidos.

Das Convenções de Genebra de 1949, podemos retirar uma definição de conflitos internacionais quando nos diz que " Além das disposições que devem entrar em vigor desde o tempo de paz, a presente Convenção aplicar-se-á em caso de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado que possa surgir entre duas ou mais das Altas Partes contratantes, mesmo que o estado de guerra não seja reconhecido por uma delas."³⁹ Isto significa que sempre que um Estado recorre à utilização da força contra outro Estado estamos perante

³⁹ Artigo 2.º da Convenção I de Genebra para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha de 1949.

um conflito internacional. Isto mesmo nos diz Jean Pictet nos seus comentários às Convenções de Genebra.⁴⁰

Esta definição, com o Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais de 1977 foi alargada para abranger as populações que lutam contra dominação colonial, ocupação estrangeira ou regimes racistas, no exercício do seu direito à autodeterminação.⁴¹

Também na doutrina houve quem tentasse definir o que se entende por conflito internacional.

H.P.Gasser definiu conflito internacional como “qualquer emprego de força armada por um Estado contra o território de outro”.⁴²

Também Dietrich Schindler nos diz que existe um conflito armado internacional sempre que “facções das forças armadas de dois Estados confrontam-se”.⁴³

Já na jurisprudência internacional, nomeadamente no acórdão do Tribunal Penal Internacional sobre o caso de Dusko Tadic, é definido como um conflito armado internacional “sempre que houver recurso à força armada entre Estados”.⁴⁴

⁴⁰ Jean Pictet, *Commentary on the Geneva Convention for the Amelioration of the Condition of the Wounded and Sick in Armed Forces in the Field*, Genebra, 1952, p. 32. Este autor diz-nos que um conflito internacional é “qualquer controvérsia que surja entre dois Estados que leve à intervenção das forças armadas é um conflito armado na acepção do artigo 2.º, mesmo que uma das Partes negue a existência do estado de guerra.”

⁴¹ Artigo 1.º, parágrafo 4 do Protocolo, “[...] estão incluídos os conflitos armados em que os povos lutam contra a dominação colonial e a ocupação estrangeira e contra os regimes racistas no exercício do direito dos povos à autodeterminação, consagrado na Carta das Nações Unidas e na Declaração Relativa aos Princípios do Direito Internacional Respeitante às Relações Amigáveis e à Cooperação entre os Estados nos termos da Carta das Nações Unidas.”

⁴² Hans Peter Gasser, *International Humanitarian Law: an Introduction*, in: *Humanity for All: the International Red Cross and Red Crescent Movement*, H. Haug (ed.), Paul Haupt Publishers, Berna, 1993, págs. 510-511.

⁴³ Dietrich Schindler, *The different Types of Armed Conflicts According to the Geneva Conventions and Protocols*, Sijthoff and Noordhoff, 1980.

⁴⁴ The Prosecutor vs. Dusko Tadic, Decisão sobre a Moção de Defesa ao Recurso Interlocutório sobre Jurisdição, IT-94-1-A, 2 de outubro de 1995, par. 70

Dito tudo isto é pacífico classificar como um conflito armado internacional sempre que exista uma situação em que dois ou mais Estados se envolvem em agressões através do recurso à força e das suas forças armadas.

8.2. Conflitos armados internos

Por conflitos armados internos considera-se aqueles cujo desenrolar do conflito se situar no interior de um Estado.

Mais uma vez as convenções de Genebra ajudam-nos na definição. No artigo 3.º da Convenção I de Genebra para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha de 1949 vem definido que um conflito armado interno é aquele que não “tem carácter internacional e que surja no território de uma das Altas Partes Contratantes.”

Contudo, no Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais, é feita uma interpretação mais restritiva do conceito de conflito armado interno ao exigir que este se “desenrole em território de uma Alta Parte Contratante, entre as suas forças armadas e forças armadas dissidentes ou grupos armados organizados que, sob a chefia de um comando responsável, exerçam sobre uma parte do seu território um controlo tal que lhes permita levar a cabo operações militares continuas e organizadas”.⁴⁵

Consideramos esta definição mais restritiva uma vez que exige um conflito armado entre as forças de um Estado e grupos armados que tenham o controlo de parte do território, enquanto que a definição dada pela Convenção de Genebra só exige que o conflito se confina ao interior de um só Estado.

H.P. Gasser ao definir o que entende como conflitos armados internos fá-lo com proximidade ao Protocolo II, uma vez que para este autor para existir um

⁴⁵ Artigo 1.º do Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais de 1977. Este artigo vem desenvolver e completar o artigo 3.º, “O presente Protocolo, que desenvolve e completa o artigo 3.º [...] sem modificar as suas condições de aplicação actuais”.

conflito armado interno tem de existir “confrontos armados que ocorrem no território de um Estado entre o governo, de um lado, e grupos insurgentes, de outro.”⁴⁶

Já Dietrich Schindler aprofundou esta definição ao afirmar que num conflito armado interno “[...] como regra, os governos sejam obrigados a empregar suas forças armadas contra os insurgentes ao invés de apenas forças policiais” e estas forças insurgentes têm de “ter um carácter coletivo, ou seja, não devem ser efetivadas somente por grupos individuais.”⁴⁷

Também na jurisprudência encontramos uma definição de conflito armado interno. Mais uma vez nos referimos ao acórdão do Tribunal Penal Internacional no caso Dusko Tadic, no qual o Tribunal define que existe um conflito armado interno sempre que exista “violência armada prolongada entre autoridades governamentais e grupos armados organizados, ou entre tais grupos dentro de um Estado.”⁴⁸

Conjugando tudo o que foi exposto, podemos afirmar que um conflito armado interno é aquele que coloca as forças armadas governamentais contra grupos armados, sendo que estes grupos armados terão de ser forças colectivas e organizados como tal, e o conflito terá de cingir-se ao território de um só Estado.

Uma das questões mais pertinentes em relação aos conflitos armados internos consiste na utilização da força por parte de um Estado. Assim sendo, trazemos à colação, mais uma vez, o artigo 2.º n.º 4 da Carta das Nações Unidas.⁴⁹

O artigo 2.º n.º 4 da Carta não parece ter aplicação nos casos de conflitos armados internos pelo simples facto deste proibir o uso da força nas relações internacionais, ou seja, proíbe um Estado de usar a força contra outro Estado. Nada é referido quanto ao uso da força no interior do território de um Estado. A

⁴⁶ Hans Peter Gasser, *op. cit.*, p. 555.

⁴⁷ Dietrich Schindler, *op.cit*, págs 145 a 150.

⁴⁸ The Prosecutor vs. Dusko Tadic, Decisão sobre a Moção de Defesa ao Recurso Interlocutório sobre Jurisdição, IT-94-1-A, 2 de outubro de 1995, par.70

⁴⁹ Sobre o princípio da proibição do uso da força ver infra ponto 7.2.1.

razão para tal é que os Estados têm poder para impor a ordem no seu território e não seria possível à Carta das Nações Unidas regular os poderes dos Estados nos seus territórios. Trata-se de um poder inerente aos Estados. Da mesma forma não é proibido às populações de se revoltarem, seja qual for os seus objectivos.⁵⁰

As revoltas das populações podem ser por motivos políticos ou por outro motivo, como regalias ou questões relativas a partes do território.

8.2.1. Movimentos de libertação nacional

Uma das formas mais comuns das populações mostrarem o seu desagrado e descontentamento é através dos chamados movimentos de libertação nacional.

Estes movimentos acontecem, essencialmente, quando existe uma luta pela descolonização, discriminação racial ou então uma ocupação do território por parte de um Estado estrangeiro.

Estes movimentos têm de controlar sempre uma parcela do território de forma a serem reconhecidos. Têm como objectivo o reconhecimento a nível internacional de forma a poderem lutar pelos seus interesses. O uso da força nestes casos é o expoente máxima do princípio da autodeterminação dos povos.⁵¹

Estes movimentos são, desta forma, caracterizados por serem relativos, uma vez que necessitam do reconhecimento por parte de outros Estados, e por serem provisórios, na medida que se vencerem passarão a ser o Estado, com plenas capacidades e reconhecidos internacionalmente, e se perderem simplesmente desaparecerão.

Uma questão que se coloca no âmbito dos movimentos de libertação nacional é saber se o uso da força por parte do Estado constitui uma violação do artigo 2.º n.º 4 da CNU. Como já vimos anteriormente, não constitui uma violação deste

⁵⁰ Neste sentido, Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico.....*, cit., pág. 265 a 267.

⁵¹ Vincenzo Rocco Sicari, *Direito das Relações Diplomáticas*, Editora del Rey, 2007, págs. 56 – 57.

preceito o uso da força por parte de um Estado no seu território, mas pode ser ilícita se este uso da força for contra os direitos humanos e o direito da autodeterminação.⁵²

Existem alguns exemplos de movimentos de libertação nacional. Casos mais próximos de nós serem os movimentos de libertação das colónias portuguesas em África que culminou com a independência destes países. Temos o caso da Frente de Libertação Nacional de Argélia que terminou com a independência deste país em 1961. Existe ainda o caso da Autoridade Nacional Palestiniana, que foi reconhecida internacionalmente mesmo antes de ser Estado, tendo na altura só o gozo de certos poderes em relação a alguns territórios. Em 2010 foi votado das Nações Unidas o reconhecimento da existência da Palestina como Estado, onde 133 Estados votaram a favor.⁵³

8.2.2. Rebeldes Beligerantes

Figura diferente dos movimentos de libertação nacional serão os rebeldes beligerantes. Desde o momento que um grupo de rebeldes se organiza e passa a controlar uma parcela do território onde exercem a autoridade, normalmente verificando-se a existência de um conflito armado interno com o governo do Estado em questão, podemos falar da existência de rebeldes beligerantes.⁵⁴

Estes distanciam-se dos movimentos de libertação nacional principalmente nos seus objectivos. Como já vimos, os movimentos de libertação nacional lutam pela defesa do princípio da autodeterminação dos povos. Já os rebeldes beligerantes têm como objectivo fazer cair o regime existente por outro. Estarão aqui em causa objectivos políticos.

Existe um princípio de que nenhum Estado deverá intervir no território de um Estado em que existam rebeldes beligerantes, exceptuando se a disputa se

⁵² Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico.....*,cit., pág. 269.

⁵³ Ver a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, A/RES/67/19.

⁵⁴ Héctor Luis Saint-Pierre, *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*, UNESP, 2000, pág. 111.

prolongar no tempo e como tal ponham em causa a protecção dos direitos dos cidadãos desse Estado.⁵⁵

Como exemplos de casos em que existiram grupos de rebeldes beligerantes, podemos recuar à Guerra Civil Espanhola, que decorreu entre 1936 e 1939, em que um grupo de militares tentou derrubar o Governo eleito.

Outros casos de rebeldes beligerantes serão casos mais recentes, nomeadamente o da Líbia e o da Síria, onde grupos de rebeldes tentam fazer com o Governo seja deposto. Em ambos os casos a justificação dos grupos rebeldes para tal posição é a falta de respeito pelos direitos humanos e a exigência de um governo democrático.

⁵⁵ Alain Pellet, Nguyen Quoc Dinh, Patrick Dailler, *op. cit.*, pág.562 e seguintes.

Parte IV

A intervenção por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas

9. Caracterização do Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança é um dos órgãos das Nações Unidas, assim como a Assembleia Geral, o Conselho Económico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado (artigo n.º 7 n.º1 da CNU).

Ao lermos o artigo 24.º da Carta das Nações Unidas verificamos que é ao Conselho de Segurança que cabe a responsabilidade da manutenção da paz e segurança internacional.⁵⁶

É composto por quinze membros, sendo cinco deles permanentes – República da China, França, Rússia, Grã – Bretanha e Estados Unidos. Os restantes 10 membros serão membros não permanentes, eleitos por um período de dois anos.⁵⁷ Actualmente os membros não permanentes são: Azerbaijão, Guatemala, Marrocos, Paquistão, Togo, Argentina, Austrália, Luxemburgo, República da Coreia e Ruanda. Os primeiros cinco terminam o mandato em 2013 enquanto que os últimos cinco terminam em 2014.⁵⁸

No âmbito das Nações Unidas, e segundo o disposto na Carta, é o Conselho de Segurança que “determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou acto de agressão e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas [...] a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.”⁵⁹

⁵⁶ Carta das Nações Unidas, artigo 24.º n.º1 “[...] os seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que, no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade, o Conselho de Segurança aja em nome deles.”

⁵⁷ Ver artigo 23.º da Carta das Nações Unidas.

⁵⁸ Fonte: <http://www.un.org>

⁵⁹ Carta das Nações Unidas, Artigo 39.º.

9.1. Regime do Conselho de Segurança

Em primeiro lugar, de forma a entermos correctamente o seu funcionamento, temos de distinguir o que se entende por questões procedimentais e por questões não procedimentais.

Entende-se por questões procedimentais aquelas que estão compreendidas nos artigos 28.º a 32.º, como por exemplo, estabelecer órgãos subsidiários (artigo 29.º), adoptar o seu próprio regulamento (artigo 29.º) entre outros.

Na Declaração de São Francisco⁶⁰, datada de 7 de Junho de 1945, e que consiste basicamente numa declaração das delegações dos Governos organizadores relativa ao procedimento de votação no Conselho de Segurança, foi definido que para além das questões definidas nos artigos 28.º a 32.º como procedimentais, foi também definido que serão consideradas como procedimentais a determinação se certa questão ou não deva ser incluída na agenda do Conselho de Segurança. Dito de outra forma, sempre que o Conselho de Segurança debate se certa e determinada questão deve ser alvo de discussão, esse debate será considerado como procedimental.

Também na Declaração de São Francisco, vem definido que qualquer medida tomada após a decisão de que um assunto deve ser ou não alvo de discussão, seja abrir um inquérito ou convidar as partes para resolver a controvérsia através de meios pacíficos ou mesmo fazer uma recomendação, deve ser considerada como uma questão não procedimental.⁶¹

⁶⁰ A Conferência de São Francisco consistiu nos trabalhos preparatórios para a elaboração de uma organização internacional, mais tarde nasceria as Nações Unidas, tendo sido definido os objectivos políticos nas Conferências de Dumberton Oaks em 1944 e reafirmados nas Conferências de Ialta em 1945. Participaram cinquenta Estados, mas destes destacam-se os quatro Estados organizadores: Estados Unidos da América, U.R.S.S, Reino Unido e China. Esta Conferência tinha como grandes objectivos a decisão de tudo o que fosse considerado como matéria fundamental e matéria política. Contudo, apesar de estarem representados somente 50 Estados eram demasiados para um trabalho detalhado e promenorizado. Desta forma foram criadas quatro comissões. A primeira comissão trataria dos objectivos gerais da Organização, assim como os princípios, os Membros e do Secretariado. A segunda comissão trataria dos poderes e deveres da Assembleia Geral. A terceira comissão ficou encarregue de definir os poderes e deveres do Conselho de Segurança. Já a quarta comissão ficou com a tarefa de fazer um esboço inicial do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça.

⁶¹ Neste sentido ver o ponto 4 da Declaração de São Francisco.

Já as questões não procedimentais serão, como se entende daquilo que foi dito anteriormente, todas aquelas que não são procedimentais.

A regra, segundo uma interpretação do artigo 27.º nº2⁶², é de que a maioria das questões têm natureza não procedimental. Retiramos esta conclusão ao ler o artigo pois este faz uma referência específica às questões procedimentais e também ao analisar o artigo 27.º nº3 que fala em “quaisquer outros assuntos”, ou seja, isto leva a crer que quando não são procedimentais todas as outras matérias serão consideradas como não procedimentais.

Após estas considerações vamos agora analisar os meios de decisão do Conselho de Segurança.

Como em qualquer órgão com pluralidade de membros a primeira questão que se coloca é a do quórum. Como se sabe, o quórum consiste no número mínimo de membros necessários para o órgão em questão deliberar.

No caso do Conselho de Segurança das Nações Unidas, podemos afirmar que o quórum são nove membros. Retiramos esta conclusão após uma interpretação do já referido artigo 27.º, principalmente no nº2, já que é exigido por este, para as questões procedimentais o voto favorável de nove membros, ou seja, para haver qualquer resolução votada de forma positiva este é o mínimo requerido pela Carta.

Uma questão também importante é saber se haverá alguma questão que necessitará da presença de todos os membros. Para Eduardo Correia Baptista, tal hipótese não tem cabimento uma vez que daria a cada membro do Conselho, fossem eles membros permanentes ou não, um direito de veto ao simplesmente ausentar-se e bloqueando o funcionamento do Conselho.⁶³ Outra razão para rejeitar esta hipótese é a ausência de suporte na Carta das Nações Unidas.

⁶² “As decisões do Conselho de Segurança, em questões de procedimento, serão tomadas por um voto afirmativo de nove membros”.

⁶³ Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico.....*,cit., pág. 648.

Já diferente é saber se nas questões não procedimentais, ou seja, as questões previstas no artigo 28.º n.º 3 da Carta⁶⁴, é necessário a presença dos cinco membros não permanentes.

Os membros permanentes podem sempre impedir que o Conselho delibere através do veto, mas a ausência de um destes fará com que a maioria exigida pelo artigo 27.º n.º3 não seja possível de alcançar.

A ausência de um dos membros permanentes deve ser considerada como uma abstenção ou uma não participação não impedindo a aprovação por parte do Conselho, desde que o quórum de nove membros se verifique.

Exemplo disto foi o período de 13 de Janeiro a 1 de Agosto de 1950 em que o representante soviético não esteve presente nas reuniões do Conselho, o que não impediu a aprovação das Resoluções 79 a 85. Isto significa que a prática no Conselho de Segurança é a de que a ausência de um dos membros permanentes não bloqueia a votação, mesmo que esta seja sobre questões não procedimentais, desde que o quórum esteja reunido.

Também o Tribunal Internacional de Justiça se expressou sobre a validade das resoluções aprovadas com a abstenção de um membro permanente considerando que tal facto não levava a um impedimento à adopção de resoluções. Diz-nos ainda que a abstenção não consiste na rejeição daquilo que foi aprovado. Se tal fosse o objectivo do membro permanente deveria então ter votado em sentido contrário e não abster-se.⁶⁵

Assim chegamos à conclusão de que mesmo com a abstenção de um ou mais membros permanentes, e desde que não haja nenhum voto contra estes, uma resolução pode ser aprovada se houver quórum deliberativo. Isto acontece porque, conforme explicado anteriormente, a abstenção não conta como voto

⁶⁴ "As decisões do Conselho de Segurança sobre quaisquer outros assuntos serão tomadas por voto favorável de nove membros, incluindo os votos de todos os membros permanentes [...]"

⁶⁵ *Legal Consequences for States of the Continued Presence of South Africa in Namibia (South West Africa) notwithstanding Security Council Resolution 276 (1970)*, consultar em <http://www.icj-cij.org>.

contra. Esta interpretação deverá ser aplicada também nos casos em que estão presentes mas simplesmente se recusam a votar.⁶⁶

Questão diferente da do quórum é a da votação. Esta questão vem regulada no artigo 27.º da Carta. Como mencionado anteriormente, neste artigo vem previsto que todas as decisões tomadas pelo Conselho de Segurança terão de ser aprovadas por nove membros (artigo 27.º nº2 CNU), enquanto que nas questões não procedimentais são exigidos o voto favorável de nove membros mas com a particularidade de exigir os votos dos membros permanentes do Conselho (artigo 27.º nº 3).

Uma característica importante do Conselho de Segurança é a que permite a um membro que seja parte num conflito de se abster nas votações relativas a esse mesmo conflito (artigo 27.º nº 3 parte final).⁶⁷ A esta possibilidade é o que se chama de veto em causa própria pois seria impossível a um Estado votar de forma isenta sobre um conflito no qual faz parte.

Este veto, como se retire da leitura do artigo 27.º nº 3, aplica-se somente nas questões não procedimentais. Contudo, o veto em causa própria só é chamado à colação nos casos de resolução pacífica dos conflitos, conforme o previsto no artigo 27.º nº 3. Isto significa que, quando o que estiver em causa cair no âmbito do capítulo VII ou for uma decisão do Tribunal Internacional de Justiça (artigo 94.º nº 2)⁶⁸, a decisão do Conselho de Segurança pode ser alvo de veto por parte de um membro permanente.

Importa aqui fazer uma distinção dos conceitos de situação e de controvérsia. Segundo os artigos do capítulo VI da Carta das Nações Unidas, que tratam das soluções pacíficas de controvérsias, controvérsia consiste em qualquer divergência entre Estados que possa levar à ameaça da paz e segurança internacional (artigo 33.º nº1 da CNU). Para definirmos o que se entende por

⁶⁶ Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico.....*,cit., págs. 655-657

⁶⁷ " [...] no que se refere às decisões tomadas nos termos do capítulo VI e do nº 3 do artigo 52.º, aquele que for parte numa controvérsia se absterá de votar".

⁶⁸ "Se uma das partes em determinado caso deixar de cumprir as obrigações que lhe incumbem em virtude de sentença proferida pelo Tribunal, a outra terá direito a recorrer ao Conselho de Segurança, que poderá, se julgar necessário, fazer recomendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença."

situação, recorreremos ao artigo 34.º da Carta quando este diz que “o Conselho de Segurança poderá investigar sobre qualquer controvérsia ou situação susceptível de provocar atritos entre as Nações ou de dar origem a uma controvérsia”. Assim sendo, para existir uma controvérsia tem de existir sempre primeiro uma situação.

Esta distinção releva pois o regime jurídico afecto a cada uma é distinto. Quando existe uma controvérsia estas podem ser alvo de uma recomendação por parte do Conselho de Segurança (artigo 37.º nº.2). Já numa situação apenas pode haver uma recomendação (artigo 36.º nº.1) relativamente aos métodos para se alcançar uma solução. Percebemos, assim, que o regime jurídico de uma situação é mais restrito que o de uma controvérsia, uma vez que o Conselho de Segurança tem menos possibilidades de actuar e de intervir numa situação.

Depois de explicada a diferença entre controvérsia e situação, fica mais fácil perceber como aplicar o artigo 27.º nº.3 parte final quando este exige a abstenção em relação aos membros do Conselho partes numa controvérsia mas não quando aquilo que exista seja somente uma situação.

9.1.1. A questão do duplo veto

Como já foi mencionado anteriormente o direito de veto está consagrado na Carta das Nações Unidas, existindo sempre nas questões não procedimentais.

Também já vimos que quando um membro do Conselho faz parte da controvérsia deverá abster-se de votar.

Já diferente destas situações é a situação do chamado duplo veto. Falamos de duplo veto porque a decisão de qualificar certa questão como procedimental ou não é considerada como não procedimental, o que leva a que esteja sujeita a veto⁶⁹. A relevância deste facto é que um Estado ao vetar a qualificação de uma questão como procedimental e ao querer que esta seja considerada como não

⁶⁹ Benedetto Conforti, *The Law and Practice of the United Nations*, Third revised edition, Martinus Nijhoff Publishers, 2005, pág. 69.

procedimental, vai fazer com que na decisão final venha a ter direito de veto nessa questão.

No que concerne às votações, a regra no Conselho de Segurança é a da maioria agravada (artigo 27.º n.º 3) o que significa que as decisões estão sujeitas ao direito de veto.

A exceção a esta regra geral é o regime previsto no artigo 27.º n.º 2 da Carta, que prevê para as questões procedimentais uma maioria simples.

Este regime do Conselho de Segurança de maioria agravada contrasta com o regime da Assembleia Geral que consiste na maioria simples. Esta regra vem prevista no artigo 18.º n.º 2 da Carta.⁷⁰

Esta diferença de regime entre a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança pode ser explicada por na primeira vigorar o princípio de igualdade entre todos os Estados enquanto que no Conselho de Segurança prevalece o princípio de supremacia dos membros permanentes.⁷¹

É esta característica do Conselho de Segurança que suporta o veto de uma questão preliminar, isto é, que a decisão sobre se uma questão deva ser procedimental ou não está sujeita às regras do artigo 27.º n.º 3, sendo também lógico que esta questão da qualificação seja colocada no momento inicial e não após a decisão final ser tomada.⁷²

Existem alguns casos em que se verificou a utilização do duplo veto:

- Em 1946, na 49.ª reunião do Conselho de Segurança, houve uma votação para decidir se a questão espanhola deveria se manter na agenda. Esta votação terminou com 9 votos a favor e dois votos contra, sendo um dos votos contra da União Soviética. Esta votação foi aprovada pelo Presidente, mas a União Soviética protestou alegando que se tratava de uma questão não procedimental

⁷⁰ "As decisões da Assembleia Geral sobre questões importantes serão tomadas por maiorias de dois terços dos membros presentes e votantes."

⁷¹ Jorge Miranda, *op.cit.*, pág 248.

⁷² Contudo, se a questão vier a ser colocado após tomada a decisão final, tem sido prática recorrente que o duplo veto pode ocorrer na mesma. Não retira valor à votação sobre a qualificação se esta for realizada após a decisão final.

e como consequência o seu voto contra constituía um veto. Como resposta ao protesto foi decidido votar para qualificar a questão, tendo tido esta votação oito votos a favor, dois contra e uma abstenção. Esta votação não foi aprovada devido ao voto contra da União.⁷³

- Em 1947, nomeadamente 202.^a reunião do Conselho de Segurança, relativamente à questão da fronteira grega, houve uma proposta por parte dos Estados Unidos para solicitar à Assembleia Geral uma recomendação sobre a disputa e onde se indicasse as medidas consideradas necessárias e apropriadas à situação. A União Soviética, que se encontrava na Presidência do Conselho de Segurança, declarou que se tratava de uma questão não procedimental, tendo esta decisão sido contestada com o argumento que esta proposta cabia no âmbito do artigo 12.º n.º 1 da Carta, que diz que a Assembleia Geral não fará recomendações sobre controvérsia exceptuando os casos em que o Conselho de Segurança assim o solicite. Exposto isto, na votação sobre a qualificação da questão houve oito votos a favor de a considerarem como procedimental e dois contra, havendo também uma abstenção. Um dos votos contra foi da União Soviética tendo a questão sido declarada como não procedimental por força do veto exercido por este Estado.⁷⁴

- Outro caso em que se usou o duplo veto ocorreu em 1948, na 281.^a Reunião do Conselho, quando houve uma proposta para constituir uma comissão de inquérito a propósito da questão checoslovaca. Na votação para decidir a qualificação da questão, houve oito votos a favor da questão ser considerada como procedimental, dois contra e uma abstenção. O voto contra foi da União Soviética, e, como tal, a questão foi considerada como não procedimental pois o voto contra da União Soviética constituía um veto.^{75 76}

⁷³ Repertoire of the practice of the Security Council (RPSC), anos 1946-1951, Capítulo IV, caso 82.

⁷⁴ RPSC, anos 1946-1951, Capítulo IV, caso 84.

⁷⁵ RPSC, anos 1946-1951, Capítulo IV, caso 49.

⁷⁶ Benedetto Conforti, *op.cit.*, págs. 70-73.

9.2. Formas de intervenção do Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança pode intervir num conflito internacional de diversas formas:

- Por iniciativa do Secretário-Geral (artigo 99.º CNU), pois é permitido a este em chamar a atenção do Conselho de Segurança sobre uma ameaça à paz e à segurança internacional.
- Por iniciativa da Assembleia Geral (artigo 11.º n.º 3), pelas mesma razões que o Secretário-Geral.
- Por iniciativa de qualquer membro das Nações Unidas (artigo 35.º n.º 1), que poderão também chamar a atenção do Conselho de Segurança.
- Por iniciativa do Conselho de Segurança (artigos 34.º e 36 n.º1).

É necessário distinguir, no que diz respeito à intervenção do Conselho de Segurança, à intervenção que é feita no âmbito do capítulo VI da Carta (Solução Pacífica de Controvérsias) e a do capítulo VII (acção em caso de ameaça à paz, ruptura da paz e acto de agressão).

9.2.1. Capítulo VI

Neste Capítulo, a actuação do Conselho centra-se em conflitos que não são, naquele momento, ainda ameaças à paz e à segurança internacional. Assim sendo, é compreensível que no que concerne à actuação do Conselho nestes casos se limitem a recomendações. Os artigos 33.º n.º 2 e 36.º n.º1 permitem ao Conselho em “recomendar os procedimentos ou métodos de solução apropriada”, o artigo 34.º permite a abertura de inquérito, o artigo 37.º n.º 2 permite ao Conselho “recomendar os termos de solução que julgue adequados”.

Como se pode verificar através da análise destes artigos, as decisões do Conselho de Segurança nos casos que recaem no âmbito do capítulo VI da Carta não têm natureza vinculativa.

9.2.2. Capítulo VII

No Capítulo VII da Carta vem regulado a intervenção do Conselho de Segurança nos casos de ameaça à paz, ruptura da paz e acto de agressão.

Neste capítulo os poderes do Conselho são mais abrangentes do que no Capítulo VI de forma a poder cumprir os seus objectivos de manutenção da paz e segurança internacional.⁷⁷

O primeiro passo que tem de haver para existir uma intervenção do Conselho de Segurança no âmbito do Capítulo VII é, segundo o disposto no artigo 39.º n.º 1, determinar se existe uma ameaça à paz, uma ruptura da paz ou um acto de agressão. A qualificação de certa situação como abrangida pelo Capítulo VII é da responsabilidade e da competência do Conselho de Segurança, não havendo na Carta uma definição do que se entende como ameaça à paz, ruptura da paz ou acto de agressão.⁷⁸

Isto significa que o Conselho de Segurança goza de uma grande autonomia nas apreciações das situações, podendo mesmo dizer-se que podem integrar nestes conceitos tudo aquilo que acharem conveniente.

Certo também é que sempre que o Conselho de Segurança numa resolução invoque o Capítulo VII, mesmo que anteriormente não tenha qualificado a situação no escopo deste Capítulo, tem sido entendido que existiu uma qualificação tácita da situação.⁷⁹

Após a qualificação da situação como uma ameaça à paz, uma ruptura da paz ou um acto de agressão, o Conselho pode tomar várias medidas:

- Fazer recomendações (artigo 39.º n.º 1);

⁷⁷ David Schweigman, *The Authority of the Security Council Under Chapter VII of the UN Charter: Legal Limits and the role of the International Court of Justice*, Martinus Nijhoff Publishers, 2001, págs. 31-56.

⁷⁸ Conference on an International Organization, San Francisco, 1945, Volume XI, document 943 III/5, "leave to the Council the entire decision, and also the entire responsibility for that decision, as to what constitutes a threat to peace, a breach to peace, or an act of aggression". Isto demonstra que a decisão em não definir estes conceitos foi uma decisão propositada de forma a deixar essa responsabilidade ao Conselho de Segurança.

⁷⁹ Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico.....*,cit., pág. 689

- Tomar medidas provisórias (artigo 40.º n.º 1), como por exemplo, cessar fogo ou a obrigação de retirada para as posições ocupadas antes do início do conflito.
- Tomar medidas de forma a que as suas decisões se tornem efectivas sem a utilização de forças armadas (artigo 41.º), como por exemplo, o embargo.

Podemos verificar através das medidas que o Conselho pode tomar que estas são fundadas no princípio da proporcionalidade, isto é, conforme as situações vão ficando mais graves assim também ficam as medidas do Conselho de Segurança. Também verificamos que, ao invés do que sucede nas medidas previstas no Capítulo VI, as medidas do Capítulo VII são obrigatórias.

Todas estas medidas mencionadas são medidas pacíficas e não-beligerantes. Os artigos 39.º a 41.º não habilitam o uso da força por parte do Conselho de Segurança. Contudo, dito isto, se o Conselho de Segurança verificar que as medidas tomadas não estão a surtir os efeitos desejados tem como possibilidade, através de medidas intimidativas (artigo 42.º).⁸⁰

9.3. As forças das Nações Unidas

O artigo 42.º da Carta é considerado como o fundamento para o uso da força por parte das Nações Unidas.⁸¹

Uma das formas que o Conselho de Segurança tem em implementar este artigo é através da criação de forças.

Estas forças são um instrumento essencial para a prossecução por parte das Nações Unidas do objectivo que é a paz e a segurança internacional.

⁸⁰ " Se o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41.º seriam ou demonstraram ser inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a acção que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal acção poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas."

⁸¹ Neste sentido, Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico.....*, cit., pág. 713.

Uma característica fundamental para distinguir as forças das Nações Unidas de uma operação militar é que nas primeiras o comando das forças estejam sob a direcção das Nações Unidas, nomeadamente do Conselho de Segurança.⁸² Os contingentes destas forças são sempre fornecidos pelos Estados membros (artigos 44.º e 45.º), estando sempre sob o controle e direcção do Conselho de Segurança, que terá a assistência da Comissão de Estado – Maior (artigo 47.º).

Estas forças serão consideradas como órgãos subsidiários do Conselho de Segurança, nos termos do artigo 29.º, uma vez que as competências das forças são lhes delegadas pelo Conselho de Segurança.⁸³

No âmbito do artigo 42.º interessam-nos essencialmente três tipos de forças: manutenção da paz, imposição da paz e forças bélicas.⁸⁴

1. As forças de manutenção de paz tem normalmente como objectivo principal a observação. Os seus contingentes são fornecidos pelos Estados. Estas só poderão ir para o terreno com o consentimento das partes do conflito. Nas forças de manutenção da paz é sempre necessário o consentimento das partes. Só podem utilizar a força em caso de legítima defesa, seja esta para se defenderem ou para defender terceiros. Têm contudo a possibilidade de recorrer ao uso da força para garantir a sua liberdade de movimentos, Uma característica importante deste tipo de força é a sua imparcialidade, significando isto que não podem tomar partido de nenhuma das partes.

Este tipo de força pode ser facilmente confundido com as missões de observação, uma vez que partilham algumas características, como a limitação do uso da força à legítima defesa, o facto de terem de ser imparciais ou de necessitarem do consentimento dos Estados intervenientes no Conflito.

⁸² Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico em Direito Internacional.....*, cit., pág. 689

⁸³ Neste sentido, ver a resolução 1284 de 1999 sobre a criação da Comissão de Monitorização, verificação e inspecção.

⁸⁴ Sobre os tipos de força ver, Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico em Direito Internacional.....*, cit., págs. 733 e segs; Jane Boulden, *Peace Enforcement: The United Nations Experience in Congo, Somalia, and Bosnia and Herzegovina*, Greenwood Publishing Group, 2001, págs 3 e segs; D.W. Bowett and G.P. Barton, *United Nation Forces: A Legal Study*, The Lawbook Exchange, Ltd, 2008, págs 265 e seguintes.

Contudo diferem na formação dos contingentes, no órgão que chefia e nos objectivos.

2. Outro tipo de força são as chamadas forças de imposição da paz. Diferentemente das forças de manutenção da paz estas têm como objectivo fazer com que as partes cumpram os objectivos de paz traçados por um acordo alcançado pelas partes integrantes no conflito.⁸⁵

Ao contrário das forças de manutenção da paz, as forças de imposição da paz apesar de terem uma natureza imparcial relativamente ao conflito, podem assumir o partido de uma das partes de forma a fazer cumprir os seus objectivos. Isto pode acontecer se uma das partes decidir revogar o acordo de paz ou não cumprir com o acordado. Assim sendo, não é necessário o consentimento dos países partes no conflito para a presença deste tipo de força no território. Nem tal faria sentido uma vez que estas forças podem tomar partido de uma das partes no conflito. Podemos afirmar que a existência de consentimento é desejável mas não obrigatória, uma vez que a natureza deste tipo de forças é a sua imparcialidade e, para mais, tendo como objectivo tentar com que o acordo de paz alcançado pelas partes seja executado. Entende-se, contudo, que para iniciar a actuação destas forças será sempre necessário o consentimento das partes. Desta forma, podemos afirmar que as forças de imposição da paz têm um mandato compulsivo, uma vez que podem ficar num território sem o consentimento do Estado podendo utilizar os meios à sua disposição para fazer cumprir o previsto no acordo de paz.

Uma outra característica da qual se distingue das forças de manutenção da paz, é de enquanto estas últimas estão limitadas quanto ao uso da forças aos casos de legítima defesa, já nas forças de imposição da paz tal já não sucede. Como vimos, nestas é possível a utilização de meios coercivos para fazer impor o acordo de paz, ou seja, o uso da força não está limitado à legítima defesa.

⁸⁵ Jane Boulden, *Peace Enforcement: The United Nations Experience.....* cit., pág 3.

3. O último tipo de forças das Nações Unidas são as forças bélicas. Estas forças têm como objectivo alterar uma situação provocada pelo uso ilícito da força e, como tal, exige a intervenção das Nações Unidas.⁸⁶

Importa relevar que nas situações que para a existência de uma força bélica, ao contrário do que sucede nas forças de imposição da paz, não existe um acordo para a paz entre as partes.

Também importante é o facto de estas forças, ao invés das outras referidas, não são imparciais. Quando intervêm, fazem-no de forma a impor a paz no território onde se situa o conflito. As forças bélicas, como é óbvio, não necessitam do consentimento dos Estados intervenientes no conflito.

Também fica claro que têm autorização e capacidade para utilizar a força, pois é através desta que vai tentar impor os objectivos do Conselho de Segurança.

Este tipo de força integra o conflito apoiando uma das partes e o seu objectivo máximo em cada situação de conflito será sempre o de alcançar a paz, nem que para isso a tenha de a impor através da força.

É fundamental, no entanto, ressaltar que as forças bélicas terão sempre de ser consideradas como último recurso, uma vez que as Nações Unidas deverão sempre tentar, por todos os meios possíveis, que as partes envolvidas num conflito consigam acordar o fim do mesmo.

9.4. Conclusões

Quando se discute a actuação das Nações Unidas e, mais concretamente a actuação do Conselho de Segurança, existe sempre uma questão que consiste em saber quem e como são definidos os valores humanitários que esta tenta proteger.

⁸⁶ Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico em Direito Internacional.....*, cit., pág. 744.

Estas questões terão sempre um peso político e cultural muito grande e vai depender sempre dos Membros do Conselho de Segurança alcançarem consensos, caso a caso, sobre se deverá existir uma intervenção ou não

Isto não significa, no entanto, que não exista um conflito entre a actuação do Conselho de Segurança e os princípios fundamentais dos Estados, como a soberania, a independência e a não ingerência nos assuntos internos.⁸⁷

Contudo parece que os Estados aceitam a actuação das Nações Unidas, principalmente sob o escopo do capítulo VII, uma vez que foi criado um sistema para tentar assegurar a paz e a segurança dos cidadãos que contempla só como último recurso a utilização da força. Este facto é demonstrado pelo facto de, até aos dias de hoje, ainda não ter sido constituída uma força bélica pelo Conselho de Segurança.

A nosso ver, as Nações Unidas têm hoje um papel fundamental na manutenção da paz por ser a esta que compete o poder público bélico, conforme previsto na Carta das Nações Unidas. Isto significa que estão dotados dos meios e das formas necessárias para alcançar os objectivos a que se propuseram no momento da sua criação, nomeadamente a manutenção da paz e a protecção e defesa dos direitos humanos.

⁸⁷ Cristina Queiroz, *O Direito de Intervenção Humanitária: um novo "paradigma" do direito internacional*, in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*, volume I, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, págs 387-400.

Parte V

O primado dos direitos humanos

10. O primado dos direitos humanos sobre a soberania dos Estados

Segundo o Professor Jorge Miranda as intervenções humanitárias estão assentes numa concepção jus – universalista e de solidariedade e como tal o princípio da soberania encontra-se subornado aos direitos humanos.⁸⁸ Considera a protecção internacional dos Direitos Humanos como a categoria mais importante.

Já Eduardo Correia Baptista não subordina o princípio da soberania dos Estados aos direitos humanos, pois as normas que são violadas pelas intervenções humanitárias serão, na sua maioria, normas de proibição do uso da força nas relações internacionais. Estas normas constituem um limite ao princípio da soberania, que por sua vez são uma norma humanitária pois têm como objectivo a protecção dos cidadãos e é, primariamente, em nome destes que existe tal proibição.⁸⁹

A questão mais pertinente que se coloca nos dias de hoje é saber se existe aquilo a que se pode chamar de dever de ingerência, ou seja, se quando aquilo que está em causa são direitos humanos há um dever de intervenção de um Estado nos assuntos de jurisdição interna de outro Estado.

Para Pierre Marie Dupuy não existe um verdadeiro dever de ingerência mas sim aquilo a que chama de imperativo moral. Considera que há um direito das populações serem assistidas por outros Estados em caso de catástrofes naturais, mas estando esta assistência sempre afecta à autorização do Estado atingido pela catástrofe e essa assistência seria sempre feita, pelo menos na sua maioria, por parte de organizações internacionais e agências

⁸⁸ Jorge Miranda, *op.cit.*, págs. 272 - 275

⁸⁹ Eduardo Correia Baptista, *O poder público bélico em Direito Internacional.....*, cit., págs. 259-260.

intergovernamentais. Seria desta forma distinta da intervenção em caso de defesa dos direitos Humanos.⁹⁰

Existe uma concordância, nos dias de hoje, de que em matéria dos Direitos Humanos, o princípio da não ingerência nos assuntos internos deve ser “posto de lado” quando está em causa a defesa destes mesmos direitos.

Ao existir um dever de assistência humanitária, este decorre muito mais de um dever moral do que do direito positivo.

Um bom exemplo disto é o que aconteceu no Iraque, em 1991, e na resolução 688 (1991) em relação a este assunto. Nesta resolução é requerido ao Iraque que permita o acesso às organizações humanitárias internacionais de forma a assistir todos aqueles que necessitavam.⁹¹

O Tribunal Internacional de Justiça, no seu acórdão de 27 de Junho de 1986 relacionado com o caso Estados Unidos da América contra a Nicarágua, vem nos dar aquilo que podemos considerar como definição de assistência humanitária ao afirmar que se for uma intervenção só com carácter humanitário a pessoas de outro Estado não se poderá considerar tal intervenção como ilícita.

Relevante será também o que foi escrito no Relatório do Secretário – Geral da ONU sobre a actividade da Organização para 1991 por Boutros-Ghali quando este diz que quando está em causa a protecção dos direitos humanos não se deve falar em direito de intervenção mas sim numa obrigação dos Estados em fazer tudo para socorrer e reparar as situações de emergência.

A protecção dos Direitos Humanos, hoje em dia, é essencialmente uma protecção mediata, isto é, é necessário que seja efectiva em cada ordem estadual, tendo cada Estado a obrigação de garantir essa protecção.

⁹⁰ Pierre-Marie Dupuy, Yann Kerbrat, *Droit international public*, Dalloz-Sirey, 2012, pág. 180

⁹¹ Francisco Ferreira de Almeida, “O Princípio de não – ingerência e o Direito Internacional Humanitário”, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1995, págs 373 e segs.

10.1. A protecção dos direitos humanos nas Nações Unidas

Ao lermos o preâmbulo da Carta das Nações Unidas vemos que os Estados decidiram em “reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas”.⁹²

No artigo 1.º n.º 3 da Carta das Nações Unidas vem descrito que um dos objectivos das Nações Unidas é “Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.”

Outros artigos que, na Carta das Nações Unidas, contém normas sobre direitos do homem são: o artigo 8.º que impede a discriminação na elegibilidade para os órgãos da organização; o artigo 55.º c) e o artigo 56.º que obriga ao respeito dos direitos do homem e das suas liberdades fundamentais, impedindo qualquer tipo de discriminação⁹³. O artigo 55.º e o artigo 56.º deverão sempre lidos e interpretados em conjunto de forma a dar lugar ao único artigo que claramente promove o respeito pelos direitos humanos ⁹⁴ ; o artigo 62.º, que permite ao Conselho Económico e Social a possibilidade de este “iniciar estudos e relatórios no que diz respeito a matérias de natureza económica, social, cultural, educacional e de saúde”⁹⁵, estando previsto no n.º 2 deste mesmo artigo a capacidade de o Conselho Económico e Social fazer “recomendações destinadas a assegurar o respeito efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos.”; o artigo 76.º c) refere que, no que diz respeito ao regime internacional de tutela de territórios não autónomos, as Nações Unidas terão como objectivo “encorajar o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça,

⁹² Preâmbulo da Carta das Nações Unidas

⁹³ Javaid Rehman, *International Human Rights Law, A practical approach*, Pearson Education, pág. 25.

⁹⁴ Neste sentido ver J.P. Humphrey, *The UN Charter and the Universal Declaration of Human Rights, The international Protection of Human Rights*, Thames & Hudson, 1967, pág.42.

⁹⁵ Artigo 62.º n.º 1, Carta das Nações Unidas.

sexo, língua, ou religião, e favorecer o reconhecimento da interdependência de todos os povos.”⁹⁶

A maior crítica que poderemos fazer à forma como estão dispostos os artigos de defesa dos direitos humanos na Carta das Nações Unidas é a de não haver uma sistematização clara no que diz respeito a estes. A organização dos direitos humanos na Carta pode mesmo ser caracterizada como confusa e desorganizada. Na Carta, em nenhum momento, é definido em detalhe o que se entende por direitos humanos, nem define os moldes pelo qual estes serão protegidos, nem define as responsabilidades dos Estados na sua protecção.⁹⁷

Isto aconteceu porque na época em que foi criada a Carta das Nações Unidas a defesa dos direitos humanos não consistia na prioridade dos Estados. Se verificarmos os trabalhos de preparação da Carta e da discussão inicial das Nações Unidas, principalmente nas propostas de Dumbarton Oaks, reparamos que só numa ocasião se faz uma referência aos direitos humanos, e para mais uma referência generalizada.⁹⁸

O foco principal da Carta das Nações Unidas residiu na promoção internacional da paz e da segurança.

Contudo, é de relevar o peso que as Nações Unidas tem tido ao longo das décadas, na evolução e desenvolvimento de muita da legislação internacional e do desenvolvimento político dos Estados, assim como das relações entre estes.⁹⁹

⁹⁶ Sob o regime internacional de tutela, o artigo 75.º define que “as Nações Unidas estabelecerão sob a sua autoridade um regime internacional de tutela e fiscalização dos territórios que possam ser colocados sob esse regime em consequência de futuros acordos individuais. Esses territórios serão designados como território sob tutela.

⁹⁷ Rhona K. M. Smith, *Textbook on International Human Rights*, Third Edition, Oxford University Press, págs. 25-27.

⁹⁸ Dumbarton Oaks Proposals, Chapter IX, Arrangement for International Economic and Social Cooperation, Section A. 1. Purpose and Relationships. “With a view to the creation of conditions of stability and well-being which are necessary for peaceful and friendly relations among nations, the Organization should facilitate solutions of international economic, social and other humanitarian problems and promote respect for human rights and fundamental freedoms. Responsibility for the discharge of this function should be vested in the General Assembly and, under the authority of the General Assembly, in an Economic and Social Council.”

⁹⁹ Javard Rehn, *International Human Rights Law, A practical approach*, Pearson Education, pág. 27.

10.2. A Declaração Universal dos Direitos do Homem

Após a elaboração da Carta das Nações Unidas houve um “movimento” para aprofundar os direitos humanos e os seus conceitos. Assim, passados dois anos de discussão na Comissão para os Direitos Humanos ¹⁰⁰, foi aprovado, no dia 10 de Dezembro de 1948 a Declaração Universal dos Direitos do Homem.¹⁰¹

A Declaração Universal dos Direitos do Homem veio fazer uma interpretação daquilo que seriam os direitos humanos que constavam na Carta. Esta ideia sobressai do preâmbulo da Declaração, pois faz referência aos artigos 55.º e 56.º da Carta, mas mais importante ainda para esta ideia é a de que os direitos presentes na Declaração também estão presentes na Carta das Nações Unidas.

A Declaração contém aquilo a que podemos chamar de um catálogo de direitos, pois menciona direitos liberdades e garantias assim como faz referência aos direitos económicos, sociais e culturais.

Podemos considerar que é na Declaração que são enunciados os princípios fundamentais no que aos direitos humanos diz respeito, realçando, como seria óbvio, o princípio da dignidade humana (artigo 1.º da Declaração) e o princípio da igualdade (artigo 2.º da Declaração).

Quanto à sua classificação como acto de Direito Internacional esta não se pode considerar como um tratado pois foi aprovada como uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Assim, devido a este facto, esta não é considerada como vinculativa, mas poderá se considerar que tem um poder moral.¹⁰²

¹⁰⁰ Esta Comissão foi criada em 1946 e teve a sua primeira sessão em 27 de Janeiro de 1947. Esta tinha como missão a elaboração de uma Carta Internacional dos Direitos Humanos.

¹⁰¹ Resolução 217 A (III) de 10 de Dezembro de 1948. A Declaração foi aprovada sem nenhum voto contra, mas com oito abstenções, nomeadamente, Bielorrússia, Checoslováquia, Polónia, Arábia Saudita, Ucrânia, União Soviética, África do Sul e Jugoslávia.

¹⁰² Rhona K.M.Smith, *op.cit.*, págs. 34 – 37.

Jorge Miranda considera que a Declaração contem princípios gerais de Direito Internacional, sejam estes considerados como fontes formais ou fontes materiais.¹⁰³

Não podemos negar que muitos dos princípios consagrados na Declaração são hoje considerados como princípios gerais do Direito, podendo mesmo se dizer que alguns destes princípios terão carácter de jus cogens.¹⁰⁴

O facto de actualmente certas normas serem consideradas como jus cogens levou a alguns autores a considerar que a consequência seria que esta passaria a ser vinculativa¹⁰⁵. Hoje em dia, qualquer documento sobre direitos humanos integra os direitos fundamentais presentes na Declaração, servindo esta como base para a elaboração destes documentos.

Isto demonstra que a Declaração se tornou da maior importância para a protecção das populações dos abusos dos Estados e que se tornou num dos documentos mais importantes do Direito Internacional.

Também a prática das Nações Unidas, principalmente através de resoluções das Nações Unidas¹⁰⁶, parece indicar que a Declaração seja hoje considerada como vinculativa.

¹⁰³ Jorge Miranda, *op.cit.*, págs. 290 a 292

¹⁰⁴ Sobre o conceito de Jus cogens ver Eduardo Correia Baptista, *Direito Internacional Público*, vol. I, Lex, 1998, págs 133 e seguintes.;

Ver também Jorge Miranda, *op.cit.*, pág. 119 e segs.

¹⁰⁵ Por exemplo, Myres Smith MacDougal e Longzhi Chen, *Human Rights and World Public order: The Basics Policies of an international law of Human Dignity*, Yale University Press, 1980, págs 63-64; neste sentido ver também Eduardo Correia Baptista, *Direito Internacional Público*, volume II, Sujeitos e Responsabilidade, Almedina, 2004, págs 350 e seguintes.

¹⁰⁶ Ver as resoluções 49/197 de 23 de Dezembro de 1994 e 57/223 de 18 de Dezembro de 2002.

Considerações Finais

Como vimos anteriormente, a intervenção humanitária não tem suporte legal no Direito Internacional mas sim na prática e no costume internacional, principalmente a partir dos anos 90 do século passado.

Esta figura, apesar de ilícita, poderá ser justificada através de causas de exclusão da ilicitude e consequentemente da responsabilidade, como nos casos de perigo extremo, estado de necessidade ou tutela defensiva.

Verificou-se, também, que a soberania consiste num dos princípios fundamentais do Direito Internacional e dos Estados. É um dos princípios fundamentais para a actuação dos Estados e da utilização destes dos seus poderes e deveres na comunidade internacional.

Também verificámos que, no entanto, a soberania se encontra limitada por princípios de Direito Internacional, como a proibição do uso da força ou a proibição de ingerência nos assuntos internos dos Estados.

A proibição do uso da força levou-nos a analisar as forças criadas pelas Nações Unidas e também o regime destas. Ficou claro que, nos dias que correm, é a esta organização que cabe tomar decisões sobre a manutenção da paz e tentar fazer com que os direitos do homem sejam respeitados e protegidos.

Vimos também que o poder bélico das Nações Unidas é da competência exclusiva do Conselho de Segurança, tendo a Assembleia Geral o poder para fazer recomendações, assim como analisámos os pressupostos da actuação do Conselho de Segurança, principalmente a obrigação da qualificação da situação nos termos do artigo 39.º da CNU, isto é, a qualificação da situação como ameaça à paz, ruptura da paz ou como acto de agressão.

Por último, fizemos uma breve análise da protecção dos direitos do homem, principalmente para tentar perceber como se encontra actualmente esta protecção mas fundamentalmente para tentar perceber se a defesa destes direitos poderá servir de justificação para os casos de intervenção humanitária.

Posto isto tudo achamos que, apesar da intervenção humanitária ainda não estar suficientemente enraizada no costume internacional, e como tal, ainda ser considerada como algo de ilícito, a prática vai-nos levar para outro caminho.

Dizemos isto, porque se atentarmos à evolução, tanto na protecção dos direitos humanos como nas relações entre os Estados, percebemos que é este tipo de intervenções é visto como algo de necessário.

Desde a Segunda Guerra Mundial que existe um temor na comunidade internacional que algo de semelhante volte a acontecer. Para evitar esses acontecimentos, figuras como a da intervenção humanitária serão fundamentais.

Existem riscos se a considerarmos como sendo uma justificação para o uso da força, sem dúvida. Poderão correr abusos facilmente de um Estados que esteja interessado em entrar no território doutro com o fundamento de protecção dos direitos humanos, ou mesmo, a ampliação daquilo que se considera como violação massiva dos direitos do homem e haver um abuso por esse lado.

Quanto ao primado dos direitos humanos, é algo de mais complexo. Verificámos que no âmbito das Nações Unidas estes estão muito dispersos e sendo a Declaração Universal uma resolução da Assembleia Geral não é vinculativa. Contudo com o passar dos anos certos princípios tornaram-se princípios com carácter de jus cogens. Isto significa, a nooso ver, que poderemos estar a caminhar para um primado dos direitos humanos, tendo como base a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALMEIDA, FRANCISCO FERREIRA DE - *O Princípio de não – ingerência e o Direito Internacional Humanitário*, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1995.
- BAPTISTA, EDUARDO CORREIA - *O poder público bélico em Direito Internacional: o uso da força pelas Nações Unidas em especial*, Coleção teses, Almedina.
- BAPTISTA, EDUARDO CORREIA - *Direito Internacional Público, Volume II, Sujeitos e Responsabilidade*, Almedina.
- BAPTISTA, EDUARDO CORREIA - *Direito Internacional Público*, vol. I, Lex, 1998.
- BARTON, G.P /D.W. BOWETT - *United Nation Forces: A Legal Study*, The Lawbook Exchange, Ltd, 2008.
- BIEBER, FLORIAN/ ZIDAS DASKALOVSK - *Understanding the War in Kosovo*, Routledge, 2003
- BOULDEN, JANE - *Peace Enforcement: The United Nations Experience in Congo, Somalia, and Bosnia and Herzegovina*, Greenwood Publishing Group, 2001.
- CARVALHO, KILDARE GONÇALVES DE - *Direito Constitucional, Teoria do Estado e da Constituição*, Direito Constitucional Positivo, 14ª edição, Del Rey Editora.
- CHEN, LONGZHI/MYRES SMITH MACDOUGAL - *Human Rights and World Public order: The Basics Policies of an international law of Human Dignity*, Yale University Press, 1980.

- COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA - *Derecho Internacional Humanitario – respuestas a sus preguntas*, Ginebra: Comité Internacional de la Cruz Roja.
- CONFORTI, BENEDETTO - *The Law and Practice of the United Nations*, Third revised edition, Martinus Nijhoff Publishers, 2005-
- COUTINHO, LUÍS P. PEREIRA - *A Realidade Internacional, Introdução à teoria das Relações Internacionais*, Coimbra Editora, 2011.
- DUPUY, PIERRE-MARIE/ YANN KERBRAT - *Droit international Public*, Dalloz-Sirey, 2012.
- DINH, NGUYEN QUOC/ALAIN PELLET/PATRICK DAILLER - *Direito Internacional Público*, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GASSER, HANS PETER - *International Humanitarian Law: an Introduction, in: Humanity for All: the International Red Cross and Red Crescent Movement*, H. Haug (ed.), Paul Haupt Publishers, Berna, 1993
- GROPPALLI, ALESSANDRE - *Doutrina do Estado*, Saraiva, 1953.
- HUMPHREY , J.P. - *The UN Charter and the Universal Declaration of Human Rights, The international Protection of Human Rights*, Thames & Hudson, 1967.
- KRIEGER, HEIKE - *The Kosovo Conflict and International Law: An Analytical Documentation 1974 - 1999*, Cambridge University Press.
- LOWE, VAUGHAN/COLIN WARBRICK - *The United Nations and the principles of international law: essays in memory of Michael Akehurst*, Routledge.
- MARTINS, MARGARIDA SALEMA D'OLIVEIRA - *Direito Diplomático e Consular*, Coleção Manuais, Universidade Lusíada Editora, 2011.
- MIRANDA, JORGE - *Curso de Direito Internacional Público*, Princípia, 2005.
- MURPHY, JOHN FRANCIS - *The United Nations and the Control of International Violence: A Legal and Political Analysis*, Manchester University Press, 1983.

- Murphy, Sean D. - *Humanitarian Intervention: The United Nations in an Evolving World Order*, University of Pensilvania Press, 1996.
- PICTET, JEAN - *Commentary on the Geneva Convention for the Amelioration of the Condition of the Wounded and Sick in Armed Forces in the Field*, Genebra, 1952.
- QUEIROZ, CRISTINA - *O direito de intervenção humanitária: um novo "paradigma" do direito internacional*, in *estudos em homenagem ao Prof. doutor Martim de Albuquerque*, volume I, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- REHNAN, JAVAID - *International Human Rights Law, A practical approach*, Pearson Education.
- SAINT-PIERRE, HÉCTOR LUIS - *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*, UNESP, 2000.
- SCHINDLER, DIETRICH - *The different Types of Armed Conflicts According to the Geneva Conventions and Protocols*, Sijthoff and Noordhoff, 1980.
- SCHWEIGMAN, DAVID - *The Authority of the Security Council Under Chapter VII of the UN Charter: Legal Limits and the role of the International Court of Justice*, Martinus Nijhoff Publishers, 2001
- SICARI, VICENZO ROCCO - *Direito das Relações Diplomáticas*, Editora del Rey, 2007.
- SMITH, RHONA K.M. - *Textbook on International Human Rights*, Third Edition, Oxford University Press.
- SWINARSKI, CHRISTOPHE - *Direito Internacional Humanitário: como sistema de proteção internacional da pessoa humana*, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

Dissertação de Mestrado realizada por:

NUNO MIGUEL LISBOA DUARTE,

Aluno n.º 16229 do Curso de Mestrado de Bolonha em Direito Internacional e Relações Internacionais.

Contactos pessoais:

- Telemóvel: 91 869 28 50
- Telefones: 21 727 15 02
- E-mail: nmlxduarte@hotmail.com

